

ATUAÇÃO E PRÁTICA DOCENTES NA REDE PÚBLICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luís Valdo Manuel André¹
Maria Alda Sousa Alves²

RESUMO

Este estudo tem como foco compreender a atuação e as práticas docentes no ensino fundamental I na rede pública no contexto da educação inclusiva, no município de Redenção-Ce. O interesse pelo estudo surgiu através da experiência de atuação na educação inclusiva, como estagiário “cuidador/a” de apoio às crianças com deficiências nas salas de aulas regulares em uma escola municipal apoiadas pelo NAPE (Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional) em parceria com a Secretária de Educação de Redenção. No decorrer do exercício como estagiário cuidador percebeu-se que as propostas de atividades trazidas pelos docentes para os alunos/as com deficiência não era a mesma que estava sendo proposta para os demais alunos/as. Acreditamos ser fundamental olharmos para as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem no sentido de saber se estão promovendo a inclusão ou exclusão dos/as alunos/as público alvo da educação inclusiva. Pretende-se olhar a teoria e a prática desenvolvida pelos docentes, bem como os desafios que os mesmos enfrentam na educação inclusiva cotidianamente. Dito isso, a proposta deste estudo é contribuir com reflexões, buscando compreender como a inclusão vem sendo desenvolvida nos espaços escolares; como a escola assume o papel de mediação na adequação/socialização da criança no ambiente escolar, de forma a garantir ou oferecer condições favoráveis a todos/as para a sua

1 Licenciado em Sociologia pela UNILAB. Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal do Paraná- UFPR. luisvaldo@ufpr.br

2 Doutora em Sociologia pela UFC. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações Étnico- Raciais, Gênero e Educação Inclusiva (GERE/UNILAB/UECE). Orientadora. aldasousa@unilab.edu.br

aprendizagem. O estudo tem um caráter exploratório e qualitativo, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e de observações na escola campo de estágio/pesquisa. Por fim, entendemos que educação inclusiva exige uma mudança de paradigma e (re) construção do modelo educacional tradicional nas escolas, assim como nos serviços de atendimento especializado. Neste sentido, os docentes precisam estar em constante busca de outras formas (re)pensar sua maneira de ensinar, com metodologias mais assertivas, primando pela qualidade e equidade na educação para todos/as.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Docentes, Prática pedagógica, Atuação, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A discussão relativa às atuações e as práticas docentes no contexto da educação inclusiva torna-se necessária na medida em que refletimos se as práticas pedagógicas exercidas promovem a equidade na sala de aula.

Esta pesquisa, de caráter exploratório, visa contribuir com a problematização de como se dá a atuação e a prática docente no ensino fundamental no contexto da educação inclusiva. Ressalta-se a necessidade de olharmos para as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem no sentido de saber se estão promovendo a inclusão ou exclusão dos/as alunos/as público alvo da educação inclusiva.

O interesse pelo estudo surgiu da experiência de atuação no campo da educação inclusiva, como estagiário “cuidador” de apoio às crianças com deficiências nas salas de aulas regulares de escolas municipais apoiadas pelo NAPE (Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional) em parceria com a Secretária de Educação de Redenção- Ce. No decorrer do exercício como estagiário cuidador, durante um ano e cinco meses, percebeu-se que as propostas de atividades trazidas pelos docentes para os alunos/as com deficiência não era a mesma que estava sendo proposta para os demais alunos/as. A relevância deste estudo no campo da educação se dará junto as pesquisas que se debruçam na construção de práticas pedagógicas/estratégias que garantam a inclusão dos estudantes, independente das suas condições físicas, motoras, intelectuais e sensoriais.

Do ponto de vista teórico e prático, este estudo poderá agregar contribuições para futuras pesquisas sobre a temática em discussão, bem como na conscientização dos profissionais da educação e outros agentes sobre as suas práticas. Neste sentido, ressaltamos a importância da formação docente como um passo importante para o aperfeiçoamento de estratégias que promova práticas inclusivas no cotidiano da sala de aula.

METODOLOGIA

A pesquisa tem um caráter qualitativo e exploratório a partir da leitura de materiais como livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos sobre as temáticas da educação inclusiva e das práticas pedagógicas. Nesta perspectiva, os procedimentos metodológicos utilizados são a pesquisa bibliográfica, mediante os trabalhos já produzidos sobre o tema. O estudo também partiu de

observações realizadas na escola campo de estágio/pesquisa, pertencente a rede pública municipal da cidade de Redenção, no Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, quando se discute o tema da educação inclusiva surge a necessidade de destacar a importância da formação continuada de educadores e a necessidade de desenvolver estratégias de ensino que garantam a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, motoras, intelectuais e sensoriais. Desse modo, o esforço em aprofundar conhecimentos e práticas inovadoras contribui para propiciar um ambiente acadêmica mais inclusivo e acolhedor.

Nas observações realizadas em uma escola da rede municipal era costumeiro ouvir do professor(a), se dirigir a turma dizendo *“deixa ele brincar”, “ele pode fazer isso porque ele é especial”*. Entendemos que há um entendimento equivocado em relação a inclusão. O professor ao se dirigir a turma deste modo, em relação ao aluno com deficiência, utiliza-se de uma fala capacitista, quando deveria impor limites a criança assim como as demais.

Vale também ressaltar as estratégias/prática de ensino que os docentes utilizam no cotidiano na sala de aula, que é o foco do nosso estudo. No exercício como estagiário cuidador percebeu-se que as propostas de atividades trazidas pelos docentes para os alunos/as com deficiência não era a mesma que estava sendo proposta para os demais alunos/as. Assim, tal situação ecoa um desconhecimento e falta de preparação para trabalhar com alunos (as) com deficiência. Acreditamos ser fundamental olharmos para as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem no sentido de saber se estão promovendo a inclusão ou exclusão dos/as alunos/as público alvo da educação inclusiva.

Diante do exposto, trago as contribuições Lima e Tavares (2012), sobre as barreiras atitudinais que em nosso entendimento produz exclusão social em detrimento de inclusão. O que seria então barreiras atitudinais? Na definição de Lima e Tavares (2012)

são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer gru-

pos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (LIMA; TAVARES, 2012, APUD RIBEIRO; SANTOS, 2016, p. 4).

Importa enfatizar que tais barreiras no campo educacional é frequente. Elas podem gerar insegurança e promover exclusão social no contexto da sala de aula. Assim, Lustosa e Ribeiro (2021), explicam duas dimensões de exclusão frequente utilizadas para os estudantes com deficiência:

Todas as formas de exclusão e discriminação precisam ser eticamente combatidas. Em relação aos estudantes com deficiência, podemos identificar a existência de duas dimensões de exclusão: i. a exclusão que ocorre no exterior do sistema de ensino, materializada na negação do acesso ao espaço escolar e expressa na não aceitação da matrícula ou na indicação para a família procurar apenas serviços de AEE em instituições especializadas, por exemplo; ii. e a exclusão que ocorre no próprio interior do sistema de ensino, nesse caso, o/a estudante frequenta regularmente a escola, no entanto, na sala de aula, pouco é realizado pedagogicamente para favorecer o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem. Ambas as dimensões são perversas formas de negação de direitos! (LUSTOSA; RIBEIRO, 2021, p. 3 e 4).

No contexto da nosso estudo convém problematizar qualquer forma de discriminação e exclusão que ocorre no interior do sistema de ensino, cometida pelos professores (as) em relação aos estudantes público-alvo da educação inclusiva no que se refere as propostas de ensino. Em relação a estas propostas Lustosa e Ribeiro (2021) explicam nos seguintes termos

[...] os professores não propõem atividades desafiadoras aos estudantes com deficiência (identificamos em pesquisas que, em algumas salas de aula, nenhuma atividade é proposta!); não solicitam do estudante além do que acreditam ser eles capazes de dar em resposta; ou não despendem esforços maiores a fim de inovar metodologias de ensino para toda a classe, etc. (LUSTOSA, RIBEIRO, 2021, p. 10).

Tal cenário dá-se porque muitos professores têm dificuldade de trabalhar com a diversidade, pois verifica-se que muitos deles possuem um olhar equivo-

cado da realidade das deficiências. Lima e Tavares (2008 *apud* Ribeiro e Santos, 2016, p. 1) nos diz que existe uma “[...] visão social construída historicamente em torno da deficiência como sinônimo de doença, de dependência, de indivíduos sem valor, de sofrimento”. (RIBEIRO, SANTOS, 2016).

ATUAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES EM RELAÇÃO AOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O processo de inclusão dos alunos com deficiência exige mudança significativa nas escolas e uma atuação e prática diferencial dos professores. Assim, os professores necessitam (re)pensar suas práticas pedagógicas de modo a oferecer possibilidades de aprendizagem aos seus alunos, visando superar dificuldades e barreiras, fazendo valer o direito a educação destes sujeitos. Conforme Lustosa e Ribeiro (2021)

A escola e nós, professores, somos responsáveis pelo desempenho de todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais e/ou de habilidades e competências cognitivas. É papel de toda a escola proporcionar a inclusão de todos os sujeitos, construindo instrumentos capazes de elevar os níveis acadêmicos dos sujeitos, esgotando todas as possibilidades de aprendizagem e êxito escolar. (LUSTOSA; RIBEIRO, 2021, p. 14)

Assim, entendemos que trabalhar com a inclusão não é tarefa fácil, porém necessária, uma vez que requer mudança de paradigma e (re)construção do modelo educacional tradicional nas escolas, assim como nos serviços de atendimento. No caso da Educação Especial, cujo público-alvo se constitui por alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento, o processo de ensino-aprendizagem atravessa diversas questões, como formação continuada dos docentes, acessibilidade, infraestrutura, adaptação de modelos de currículo e investimentos em recursos adequados. Não obstante, ao professor/a responsável que a inclusão aconteça, pressupõe-se um novo olhar em relação as práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, os/as professores/as necessitam estarem abertos as novas possibilidades de ensino, ou seja, cabe aos professores/as propor atividades que envolvam todos os alunos na aprendizagem, e que as mesmas sejam variadas e inclusivas, levando em consideração as habilidades e níveis de compreensão de cada estudante, conforme Adriano (2021).

Nesta perspectiva, verifica-se uma contrariedade na prática, onde as atividades propostas para o alunos público-alvo da educação inclusiva difere dos demais estudantes. Tal cenário decorre do fato de que as pessoas com deficiência são invisibilizados nos espaços educacionais e não só.

Há uma camuflagem em relação a ideia de inclusão. Os educadores que trabalham com alunos público-alvo da educação inclusiva tentam suprir carências porque as salas de aulas da rede pública estão lotadas e os mesmos não dão conta. Então é uma ilusão pensar que só ao se propor uma atividade, seja ela vinculada a aula ou não, a inclusão está sendo feita.

Mantoan (2003) destaca que,

a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2003, p. 36).

Neste sentido, o esforço é coletivo rumo a uma educação que aceita e abraça a diferença, trabalhando em prol da diversidade multicultural. hooks (2017) no livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, nos fala que “apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão” (Hooks, 2017, p. 51). Ou seja, o ensino multicultural é aquele que apesar dessa diversidade étnica existente na sociedade inclui todos/as, tornando a sala de aula um lugar harmonioso, de entusiasmo e de aprendizados mútuos. O ensino multicultural abre a possibilidade de mudança nas práticas pedagógicas dos professores de forma que estes reflitam em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A formação de professores/as com ênfase na educação inclusiva constitui um caminho em busca de uma educação de qualidade e equidade. Apesar

disso, Baú (2014, p. 2) aponta que hoje “o grande desafio para as universidades é formar educadores preparados para construir estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos, não só para os alunos considerados especiais, mas para todos os integrantes de sua classe”. (BAÚ, 2014).

Mantoan (2003, p. 25) adverte que, “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. (MANTOAN, 2003).

Assim, a formação e capacitação de professores, coordenadores e demais agentes da educação em matéria/suporte didático e pedagógico voltada a inclusão ajuda a superar os equívocos educacionais presentes no interior do sistema de ensino. Todavia, os desafios ainda são maiores para concretização de um sistema igualitário. Souza, Manga e Marques (2024, p. 2556), destacam que “para superar esses desafios, é necessário promover questionamentos, debates e reformulações curriculares, estruturais e humanas”. (SOUZA, MANGA, MARQUES, 2024).

Assim, nesse cenário espera-se que os professores (as) atuantes na educação básica busquem implementar práticas e ações cada vez mais inclusivas. Neste sentido, é necessário que os professores passem por uma formação contínua de capacitação e aperfeiçoamento, com o intuito de atualizar práticas pedagógicas diferenciadas, visando uma educação que respeite as diferenças e as particularidades individuais. Conforme Rocha (2017).

Formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re) pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro. (ROCHA 2017, p. 2).

Assim, o modelo de ensino inclusivo não depende só da formação continuada dos professores, mas também consiste na reformulação/reorganização das estruturas das escolas e da conscientização da sociedade em geral em relação as percepções sobre a deficiências.

Para hooks (2017, p. 52) “é preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais”. (HOOKS, 2017).

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva perpassa uma série de elementos e o papel do professor é fundamental no sentido de mediar o processo de ensino e aprendizagem. Ora, a tarefa do professor/a dá-se pela necessidade de suprir as exigências impostas por esse modelo de ensino, com elaboração de metodologias alternativas e (re)adaptação do plano curricular com intuito de garantir um aprendizado para todos. Segundo Oliveira, Araújo e Silva (2019).

[...] cabe a eles construírem novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino- aprendizagem. Muitas vezes os professores apresentam resistência quando o assunto é mudança, proporcionando uma grande discussão de como incluir metodologias no processo de ensino que proporcione a inclusão de alunos com necessidades especiais dentro do âmbito educacional. (DE OLIVEIRA; DE ARAÚJO E DA SILVA, 2019, p. 1 e 2).

As autores destacam ainda que

Assim, cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, deve haver mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, que são realizadas através da reflexão comprometida e responsável pelos envolvidos referente à realidade inclusiva. (DE OLIVEIRA; DE ARAÚJO E DA SILVA, 2019, p. 2).

Corroborando com as ideais das autoras, o papel do professor/a na educação inclusiva é indispensável na configuração e promoção de uma sociedade igualitária, devendo este ser, portanto, desprovido de estereótipos em relação a pessoa com deficiência. Neste sentido, o papel do professor (a) não se limita apenas na sala de aula, mas também na promoção de valores éticos e morais enquanto agente de mudança social. O ensino da educação inclusiva implica (re)estruturação e adaptação das necessidades específicas/individuais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REDE MUNICIPAL DE REDENÇÃO-CE

A educação inclusiva se fundamenta na oportunidade de igualdade para todos. Por uma educação sem capacitismo, sem preconceito e discriminação sobre as deficiências. A lei nº 13.146/15, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência³ (Estatuto da Pessoa com Deficiência), defende que sejam assegurados as pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos.

Ainda esta lei afirma o pleno direito à educação, no seu artigo 27 ao indicar que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, como a lei nº13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) são marcos significativos na educação brasileira, sendo conquistas que vem contribuir com as políticas de inclusão e acessibilidade. Da Silva e Alves (2023, p. 255) afirmam que, “essas leis buscam assegurar às pessoas com necessidades específicas uma melhor qualidade de vida, reunindo um aparato de orientações normativas que dão suporte para que a inclusão no país seja efetivada”. (DA SILVA, ALVES, 2023)

Neste sentido, a escola assume um papel de mediação na adequação da criança no ambiente escolar, de forma a garantir ou oferecer condições favoráveis a todos para a sua aprendizagem.

Nessa perspectiva compreende-se que, no processo de escolarização, é necessário que as instituições de ensino ofereçam meios que garantam a inclusão e a permanência de todos os alunos no ambiente escolar. A escola deve, portanto, viabilizar ações que respeitem a singularidade de cada um, acolhendo bem a todos, sem fazer distinção de raça, cor, idade, religião, sexo, condi-

3 Segundo seu Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

ção física, cognitiva ou financeira. Assim, para que a escola seja boa e de qualidade é necessário que essa se atualize, transmitindo, construindo, e produzindo conhecimentos que se fazem urgentemente necessários hoje. Ela deve, ainda, garantir que seus educandos e educandas tenham gosto por aprender, pois, antes mesmo de impor-lhes algo, é preciso despertá-los para a vida, fazendo com que os mesmos sejam indivíduos atuantes, ou seja, protagonistas autônomos de sua história, sempre com um olhar voltado para o que cada um tem de melhor. Assim, suas potencialidades serão vistas, melhoradas e, conseqüentemente, reconhecidas (DA SILVA; ALVES 2023, p. 254 e 255).

Todavia, pensar a escola a partir desse ideal, hoje, é uma tarefa árdua por conta das limitações. Assim, garantir o acesso e a permanência desses educandos e educandas em sala de aula como protagonistas e autônomos de sua história exige uma readaptação do plano curricular, política pública de assistência e uma equipe multidisciplinar para dar respostas as necessidades específicas de cada aluno dentro das escolas. Para Mantoan (2003, p. 35) “para universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, nas turmas escolares e democratizar a educação, muitas mudanças já estão acontecendo em algumas escolas e redes públicas de ensino — vitrines que expõem o sucesso da inclusão”. (MANTOAN, 2003).

Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação de Redenção (SME), informados pelo Censo Escolar de 2024, a quantidade de alunos com deficiência por escola equivalente a 347 alunos. Do total de escolas descritas na tabela abaixo, 22 (vinte e duas) escolas tem crianças atendidas pelo Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional (NAPE).

Com base nisso, as escolas municipais de Redenção, no interior do Ceará, em parceria com a Secretária de Educação tem feito um trabalho árduo ensinando uma educação cada vez mais inclusiva, com medidas que procuram garantir o acesso, a assistência e a permanência dos alunos público-alvo da educação inclusiva em turmas regulares, garantindo-lhes um ensino de qualidade com professores e apoio do Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional (NAPE) e os estudantes estagiários que trabalham como cuidadores com alunos com deficiência. As ações do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado vão desde formação e capacitação dos estagiários que atuam nas escolas públicas municipais, fornecendo apoio aos alunos/crianças público-alvo da educação inclusiva em sala de aula regulares, etc.

PREFEITURA DE Redenção SECRETARIA DE EDUCAÇÃO												TOTAL
ESCOLAS	QUANTITATIVO DE ALUNOS INFORMADOS COM DEFICIÊNCIA POR ESCOLA/ ANO: 2024 – CENSO ESCOLAR											
	BAIXA VISÃO	CEGUEIR A	D. AUDITIV A	D. FISICA	D. INTELECTU AL	SURDEZ SEGUEIR	SURDO A	VISÃO MONOCULA R	D. MULTIPL AS	AUTISM O		
Antonio Barbosa	1	*	*	*	8 (1)	*	*	*	1	21 (1)	31	
Dep. Antonio Jaco	*	*	*	2 (2)	5 (3)	*	*	*	4	29 (1)	40	
Cecilia Pereira	*	*	*	1(1)	7 (2)	*	*	*	2	10 (1)	20	
Dr Edmilson Baros	*	*	*	*	6 (1)	*	*	*	1	20 (1)	27	
CEI Fca Arruda	*	*	*	(1)	2 (2)	*	*	*	2	19 (1)	23	
Fco Januario	*	*	1	*	4 (1)	*	*	*	1	4 (1)	10	
Fco Raimundo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3	3	
Major Hortencio	*	*	*	*	1	*	*	*	*	2	3	
Joao Alves	*	*	*	1 (1)	*(1)	*	*	*	1	2	4	
Joao Fragoso	*	*	*	*	*	*	*	*	*	2	2	
Joaquim Jose	*	*	*	*	1	*	*	*	*	2	3	
Joaquim Simao	(2)	*	*	*	5	*	*	(2)	2	*	7	
Luis Dias Damasceno	*	*	*	*	3	*	*	*	*	6	9	
Neide Tinoco	*	*	1	*	1	*	*	*	*	6	8	
Nossa Sra de Lourdes	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1	
Pedro Fernandes	1(1)	*	*	*	*(1)	*	*	*	2	45 (2)	48	
Maria Augusta	*	*	*	1(1)	11 (3)	*	*	*	3	9 (2)	24	
Ricardo Ferreira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	11	11	
Sebastiao José	1	*	*	*	2 (1)	*	*	*	1	11 (1)	15	
Teodoro Conrado	*	*	*	*	3	*	*	*	*	*	3	
CEI Vicente Ferreira	*	*	*	1	3	*	*	*	*	12	16	
Herminio Gomes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1	1	
Terto Venancio	*	*	*	*	3	*	*	*	*	30	33	
Manoel Saraiva	*	*	*	*	1	*	*	*	*	4	5	
Total Geral	4	—	2	6	66	—	—	—	20	249	347	
DATA BASE: 29/05/2024												

DATA BASE: 29/05/2024

Fonte: Secretaria Municipal de Redenção-CE.

Fazendo uma contextualização, a adesão/ participação dos estagiários/ cuidadores que atuam nas escolas públicas municipais de Redenção surge como medida para dar resposta ou apoio aos alunos/crianças com deficiência em sala de aula.

Da Silva e Alves (2023), apresentam uma entrevista realizada em novembro de 2022, em que o vice- secretário de educação de Redenção afirma,

a necessidade de lançar o edital deu-se devido ao fato de que nos últimos anos foi diagnosticado um número significativo de crianças com deficiência nas escolas municipais da rede, e, como estas estão inseridas nas salas regulares, viu-se a necessidade de oferecer suporte para atendê-las em suas necessidades, tanto no intuito de adaptação de atividades curriculares como na locomoção e no autocuidado. Nessa perspectiva, o município lançou o edital para seleção de bolsistas destinados a estudantes universitários, com o intuito de atender a esta demanda e também contribuir para a formação de futuros profissionais da educação. A motivação inicial baseou-se em suprir a demanda de apoio aos alunos com deficiência, bem como atender às solicitações de professores, pais/

responsáveis e cumprir as orientações de profissionais que chegavam através de laudos (DA SILVA; ALVES 2023, p. 257).

Em relação a estas motivações iniciais, a participação dos estagiários/cuidadores que atuam nas escolas públicas municipais de Redenção contribui significativamente no acesso e permanência dos alunos com deficiência em turmas regulares. Tais ideias também são compartilhadas por Da Silva e Alves (2023, p. 274) ao constatarem que “a atuação dos/das estagiários/as de inclusão na rede pública de Redenção – Ceará faz-se de uma política pública que vem se estruturando desde o ano de 2019 e sem dúvida traz reflexões importantes acerca dos avanços da Educação Inclusiva nas escolas públicas da cidade”. Para as autoras, essa política pública adotada pela cidade é considerada de grande relevância, tanto pela perspectiva dos professores quanto pela visão dos estagiários.

A tarefa dos cuidadores nas escolas municipais de Redenção vai desde locomoção, acessibilidade, auxílio nos cuidados pessoais e nas atividades pedagógicas. Tais tarefas estão estipuladas em lei, conforme apresentam Lopes e Mendes (2023), ao citarem a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI-Brasil, 2008, p. 17) que confere ao cuidador a responsabilidade pelo suporte às “[...] atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar”.

Ainda em relação os trabalhos dos cuidadores que atuam nas escolas públicas municipais de Redenção, Da Silva e Alves (2023), apontam que esses indivíduos desempenham um papel significativo na Educação Inclusiva da localidade, especialmente no que diz respeito aos ganhos para as crianças atendidas. Esses benefícios se estendem à educação como um todo, trazendo vantagens também para os estudantes universitários que atuam como estagiários, proporcionando-lhes experiências variadas durante sua formação profissional, principalmente para aqueles que, no futuro, irão trabalhar como educadores em sala de aula. Vale ressaltar que, esses cuidadores não possuem formação especializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, depois das considerações e reflexões feitas acima, entendemos que educação inclusiva é uma perspectiva de ensino que exige uma mudança de paradigma e (re)construção do modelo educacional tradicional nas esco-

las, assim como nos serviços de atendimento especializado. Assim, a educação inclusiva é um campo que está em constante disputa e se modificando mediante o contexto histórico que estamos vivendo.

Pensar numa educação inclusiva de qualidade para todos é também olhar para os indicadores de acesso, permanência, expansão e assistência, pois nos ajudam a pensar e entender a complexidade desse modelo de ensino. Diante disso, precisamos questionar/ entender qual é a função social da escola hoje ? Qual é a função social do professor (a) na contemporaneidade?

A análise que fazemos em relação a função social da escola no contexto da educação inclusiva é que esta nem sempre tem cumprido a sua missão prioritária, que é a mediação /adequação/socialização da criança com deficiência no ambiente escolar, de forma a garantir ou oferecer condições favoráveis a todos/as para a sua aprendizagem. Entretanto, ela enquanto parte de um sistema tem as suas vicissitudes, vive os seus problemas, havendo em certa medida um compromisso coletivo na construção de uma educação pública de qualidade para todos/as.

Em relação aos professores/as é fundamental olharmos para as práticas pedagógicas que os mesmos usam no processo de ensino e aprendizagem no sentido de saber se estão promovendo a inclusão ou exclusão dos/as alunos/as público alvo da educação inclusiva. Assim, entendemos que o trabalho docente é teórico-metodológico. Neste sentido, os docentes precisam estar em constante busca de outras formas (re)pensar sua maneira de ensinar, com metodologias mais assertivas, primando pela qualidade e equidade na educação para todos/as. Certamente, o professor (a) é um elemento central de qualidade de educação.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, G. A. C. (2021). Atuação Dos Professores No Atendimento Aos Alunos Com Deficiência Em Tempos De Ensino Remoto. **Simpósio Internacional De Educação E Comunicação - SIMEDUC**, (10). Recuperado de <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/14786>

BAÚ, M. A.. **Formação De Professores E A Educação Inclusiva**. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Medianeira. Volume 02 - Número 10 - 2014 ISSN 2175-1846

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 2015.

DA SILVA, M. M. R.; ALVES, M. A. DE S., **Os “Estagiários De Inclusão” Na Educação Pública Municipal De Redenção-Ce: Uma Análise Do Edital N°001/2023*** IN: ALVES, M. A. de S.; DE ANDRADE, M. P.; OLIVEIRA, A. S.. Narrativas E Práticas De Ensino Em Ciências Sociais: Diálogos Com A Pesquisa E A Extensão. 1 Edição. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2023.p. 253- 278.

DE OLIVEIRA, F. R. DE ARAUJO. M. D.B.; DA SILVA, J. L. B.. **O Papel Do Professor Na Educação Inclusiva**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019

hooks, b.. Abraçar a mudança: o ensino num mundo multicultural. In: hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017

LOPES, M. M.; MENDES, E. G.. **Profissionais De Apoio À Inclusão Escolar: Quem São E O Que Fazem Esses Novos Atores No Cenário Educacional?**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 28, e280081, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>

LUSTOSA, F. G.; RIBEIRO, D. M.. **Barreiras Atitudinais E Práticas Pedagógicas: Interfaces Com A Formação De Professores Para Educação Inclusiva**. 2021. Disponível Em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/para-tradutor-barreiras-atitudinais-e-praticas-pedagogicas-disney-e-geny-livro-fernando-pires-versao-final-12-de-fevereiro-de-2021-5-1-1.pdf>

MANTOAN. M. T. E.. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar) Bibliografia. 1. Inclusão escolar 2. Pedagogia I. Título. II. Série.

RIBEIRO, D. M.; SANTOS, S. N. dos. **As Barreiras Atitudinais E A Formação De Professores: Um Estudo Sobre O Conteúdo Veiculado Pelo Jornal Do Portal Do Professor**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. Anais eletrônicos [...].Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2016.

ROCHA, A. B. de O.. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva**. São Paulo, 2017.

Souza, L. B. P., Manga, E. E., & Marques, M. M. P. (2024). **Desafios Da Educação Inclusiva: Capacitação De Professores Para Lidar Com A Diversidade De Alunos Com Deficiência**. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(9), 2545–2559. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.14894>